



LEI Nº 3780, DE 2 DE OUTUBRO DE 2025

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no corrente exercício financeiro, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no corrente exercício financeiro, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) conforme a seguir se especifica:

02 PODER EXECUTIVO

02 21 AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - AMT

022101 GABINETE DO PRESIDENTE - AMT

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0001 Administrando Competência e Responsabilidade

04 122 0001 2152 0000 Manutenção das Atividades da AMT

1670 3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS

1 Recursos do Exercício Corrente 4.000,00

F.R.: 0 1 501

021 001 Recursos Próprio da AMT

26 Transporte

26 451 Infra-Estrutura Urbana

26 451 0005 Programa de Infraestrutura Urbana

26 451 0005 2035 0000 Gerenciamento de Trânsito e Transporte

1671 3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS

1 Recursos do Exercício Corrente 6.000,00

F.R.: 0 1 752

021 002 Recursos de Multas - DETRAN

Art. 2º O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação de recurso próprio do Município:

02 PODER EXECUTIVO

02 21 AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - AMT

022101 GABINETE DO PRESIDENTE - AMT

04 Administração

04 122 Administração Geral

04 122 0001 Administrando Competência e Responsabilidade

04 122 0001 2152 0000 Manutenção das Atividades da AMT

1276 3.1.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS

1 Recursos do Exercício Corrente - 4.000,00

F.R.: 0 1 501

021 001 Recursos Próprio da AMT

26 Transporte

26 451 Infra-Estrutura Urbana

26 451 0005 Programa de Infraestrutura Urbana

26 451 0005 2035 0000 Gerenciamento de Trânsito e Transporte

1307 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

1 Recursos do Exercício Corrente - 6.000,00

F.R.: 0 1 752

021 002 Recursos de Multas - DETRAN

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado durante a execução do crédito aberto no artigo 1º desta lei, a proceder as seguintes alterações orçamentárias:

I - abertura de novos Créditos Especiais deste projeto ora criado para reforço de dotação, supervenientes, quando necessário, utilizando como fonte dos créditos da seguinte forma:

a) *superávit* financeiro até o limite do apurado da fonte de recurso em balanço patrimonial e disponível em conta bancária no exercício anterior;

b) excesso de arrecadação disponível na fonte de recurso;

c) por anulação dos créditos orçamentários previstos nesta Lei, como também aqueles créditos constantes da Lei Orçamentária Anual vigente do exercício.

II - anular e/ou reduzir supervenientemente, quando finalizado ou não ser possível a execução das atividades descritas no artigo 1º desta Lei e houver sobras orçamentárias, para reforçar o orçamento de outros projetos/atividades do orçamento do exercício do Município.

III - realocações de recursos na modalidade de Transferência entre dotações orçamentárias das mesmas atividades descritas nesta Lei, mediante justificativa para atender as necessidades quanto da execução plena das atividades existentes.

Parágrafo Único. Os créditos orçamentários de que trata esse artigo serão precedidos de exposição de justificativa e disponibilidade da Fonte de Recursos, sendo abertos por Decreto do Executivo.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado durante a Execução do Crédito aberto no artigo 1º desta Lei, a promover Alteração de Elemento, mediante Decreto, que são as realocações de Recursos entre os elementos de despesa, mantidos a Estrutura Programática da Despesa ora criada por esta Lei.

Art. 5º Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar e/ou ajustar, no que couber, as Leis 3710, de 03 de Junho de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO) e Lei 3449, de 13 de dezembro de 2021 (Plano Plurianual-PPA), de acordo com o valor estabelecido no art. 1º da presente Lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Urupá, aos 2 dias do mês de outubro de 2025.

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 02/10/2025 às 14:09, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2090900** e o código verificador **8DE3626E**.

Documento publicado no diário oficial municipal do dia **02/10/2025**, edição **4602**, página **3** e código verificador **não consta**.

Referência: [Processo nº 1-11109/2025](#).

Docto ID: 2090900 v1